

RECONSIDERAR A RIQUEZA

Tradução parcial do relatório produzido por Patrick Viveret sobre os novos fatores de Riqueza, no âmbito da missão de estado comissionada em 2001 pelo então secretário de estado para economia solidária, Guy Hascoet.

Texto apresentado no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento com Distribuição de Renda, realizado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – em comemoração aos 50 anos do Departamento – São Paulo, 05 e 06 de Abril de 2006.

1. Introdução

A missão confiada a Patrick Viveret por Guy Hascoët, secretário de Estado da Economia Solidária, é ambiciosa. Para além do questionamento sobre a pertinência dos indicadores que, em princípio devem medi-la, trata-se de interrogar-se, basicamente, sobre a definição da riqueza. Afirmar que esta é sempre uma questão de convenção, já é restituir a primazia da política sobre a economia; é também postular que não poderá haver consenso sobre esta questão, sem que haja um processo democrático, rico e contraditório. É, finalmente, tentar restabelecer a ligação entre a economia e os fundamentos éticos, ecológicos e antropológicos.

A missão de Patrick Viveret abre novos campos de reflexão e novas bases de experimentação para os defensores de uma economia plural, baseada tanto na construção de vínculos sociais quanto na produção de bens mercantis. Os atores da economia social e solidária não tiveram dúvidas quanto a isto, pois valeram-se da oportunidade oferecida pelo relatório parcial para dar início ao debate.

Em compensação, temos, a prova permanente de que nossa representação atual da riqueza e o uso contraproducente que fazemos da moeda agrava os problemas com os quais nossas sociedades se confrontam, em vez de nos ajudar a resolvê-los. Na maioria das questões que estiveram no centro dos debates públicos nestes últimos meses, da vaca louca ao *Erika*, do amianto aos acidentes de trânsito, das conseqüências da grande tempestade ocorrida em dezembro de 1999 à crise dos combustíveis do outono de 2000, há sempre um elemento comum que curiosamente esquecemos de lembrar: **essas catástrofes são verdadeiras bênçãos para nosso produto interno bruto**. Esta cifra mágica, cuja progressão se expressa por uma palavra, que resume por si só a grande ambição de nossas sociedades materialmente desenvolvidas e etnicamente subdesenvolvidas: o *crescimento*!

Mais destruições = mais PIB

Isto porque as centenas de bilhões que essas destruições humanas e ambientais custam à coletividade são contabilizadas não como destruições, mas sim como aportes de riqueza, na medida em que geram atividades econômicas expressas em moeda. Para tomar apenas um exemplo, os 120 bilhões de custos diretos dos acidentes de trânsito (que geram o triplo em custos indiretos), contribuem para o crescimento de nosso produto interno bruto (ver matéria pp.49). Supondo que no próximo ano não tivéssemos nenhum acidente material ou corporal, nem mortos e feridos nas estradas francesas nosso PIB diminuiria de maneira significativa e a França perderia uma ou várias posições na classificação das potências econômicas e veríamos muitos economistas nos anunciando com um tom de voz grave que a crise estava de volta. A situação seria ainda pior se desaparecessem dessas espantosas somas parte dos 170 bilhões extraídos pelos efeitos da poluição atmosférica sobre a saúde, as dezenas de bilhões que irão custar a destruição das farinhas animais, os cerca de cem bilhões gerados pelas destruições provocadas pela tempestade do último inverno e, de uma maneira geral, todo o chumbo pesado das destruições sanitárias, sociais ou ambientais, que têm a virtude de transformar-se em ouro, pela alquimia singular de nossos sistemas de contabilidade.

As atividades voluntárias fazem baixar o PIB

Ao mesmo tempo, todas as atividades voluntárias que graças, em particular, às associações criadas de acordo com a lei de 1901, cujo centenário estamos prestes a festejar, permitiram evitar ou limitar uma parte dos efeitos dessas catástrofes, por exemplo, indo limpar as praias poluídas ou ajudando gratuitamente aos deficientes, não acarretaram nenhuma progressão de riqueza e até contribuíram para fazer baixar o produto interno bruto, já que essas associações desenvolvem atividades voluntárias e não atividades remuneradas. É o mesmo que dizer que está tudo de cabeça para baixo e que no mesmo momento em que vamos celebrar o papel eminente das associações, continuaremos a tratá-las, do ponto de vista contábil, não como produtoras de riquezas sociais mas sim

como “sorvedouros de riquezas econômicas”, em função das subvenções que recebem. Nossa sociedade, apesar de suas declarações de princípio, facilita muito mais o “*lucra-volat*”, a busca do lucro, do que o voluntariado, a benevolência, a boa vontade: e acontece com frequência que o que se poderia chamar de “*male-volat*” ou má vontade, sob as formas mais diversas, usufrui do dinheiro dos contribuintes, como testemunham os exemplos recentes dos pactos de corrupção visando fraudar as licitações públicas.

Nossa sociedade, apesar de suas declarações de princípio, facilita muito mais o “*lucra-volat*” a busca do lucro, do que o voluntariado, a benevolência, a boa vontade.

2. Está na hora de mudar nossa representação da riqueza

Está, portanto, mais do que na hora de nos atermos a esta obra considerável de mudança da representação da riqueza e da função que desempenha a moeda em nossas sociedades. Para a economia social e solidária, esta é uma questão decisiva e para o movimento associativo uma oportunidade a ser aproveitada. De fato, ambos se inscrevem numa história, na qual escolher a cooperação, o mutualismo, a associação tornou-se uma prioridade. Para ambos é uma armadilha mortal deixar que se imponham critérios que ignorem os desafios ecológicos e humanos e que valorizem atividades destrutivas, simplesmente porque são financeiramente rentáveis. Pelo contrário, é preciso retomar a iniciativa e ocupar as linhas de frente da emergência de uma sociedade e de uma economia plural, em face dos riscos civilizacionais, ecológicos e sociais veiculados pela “sociedade de mercado”¹.

Assim, dispomos de um instrumento que foi forjado para favorecer um crescimento material de natureza industrial ou agro-alimentar e que se torna globalmente inadaptada e até, em grande parte, contraproducente quando se trata de enfrentar os três grandes desafios do futuro, ou seja: a entrada na era informacional e a revolução do ser vivo, a importância agora vital das questões ecológicas e o papel, maior que desempenham finalmente os serviços, em especial serviços relacionais como a educação, a saúde, as atividades de vizinhança. Em resumo, é tempo de mudar de termômetros!

3. A dupla face da moeda: doce comércio e guerra econômica

Devemos examinar esses nossos curiosos termômetros tanto mais as suas graduações, as unidades monetárias, vão mudando cotidianamente. De fato, se sabe que a primeira função da moeda é a de ser uma unidade: quando se quis superar o intercâmbio sob forma de troca para poder comercializar os bens mais facilmente, entendeu-se ser útil adotar uma unidade contábil única no seio de uma coletividade registrando-se todos os valores nessa unidade. Encontra-se essa mesma necessidade naquela que deu origem a outros sistemas de medida para trocar o tempo (as horas, minutos, segundos, etc.), pesos (os quilos e as gramas...) ou, no campo dos comprimentos a escolha do sistema métrico, mais universal do que os sistemas baseados na morfologia humana, como o pé e a polegada. Mas, justamente, imagine-se a confusão que introduziria uma bolsa dos quilos e dos metros mudando de valor todos os dias!

¹ Ou seja, uma sociedade onde a economia mercantil acaba subordinando e até absorvendo as outras funções principais do vínculo social, que são o vínculo político, o afetivo e o simbólico. Essa expressão, formulada por Karl Polanyi em *La Grande Transformation (A Grande Transformação)*, foi utilizada recentemente pelo primeiro-ministro, Sr. Lionel Jospin.

3.1 - A moeda, meio de troca e unidade-padrão de medida

É isso, no entanto, o que acontece com a moeda. Como unidade contábil, ela é de fato um padrão que permite adicionar elementos heterogêneos e é graças a ela que a troca pode se multiplicar. Porém, uma verdadeira unidade contábil não pode ter valor por si própria, exceto se variar. Todavia, é bem isso que se faz, utilizando como vetor monetário bens que têm valor em si, como as cabeças de gado¹ ou, durante um breve período histórico, metais preciosos como o ouro e a prata. Esse curto período da história da humanidade revelou-se decisiva para a representação da moeda, já que, ainda hoje se fala de “*argent*”² (prata), enquanto que o último vínculo que uma moeda, o dólar, tinha com um metal precioso, o ouro, foi cortado em 1971 pelo presidente americano na época Richard Nixon. Desde então, **vivemos no tempo da moeda-informação, simples signo transmitido eletronicamente** por depósito bancário, cartão de crédito ou cheque. As cédulas de dinheiro (papel-moeda), que levaram tanto tempo para se impor, pois era difícil confiar num simples pedaço de papel e nossas famosas peças metálicas, “com som e com peso”, não representam mais do que uma pequena parte (menos de 15%) da massa monetária em circulação. Pode-se até apostar que se não houvesse economia mafiosa, de lavagem de dinheiro, malas secretas cheias de dinheiro, etc., essa massa seria ainda mais reduzida. **Ou seja, a moeda não é “prata” e, historicamente, quase nunca foi.** Isto não nos impede de continuar a falar em “*prata*”, a acreditar (será preciso dizer “duro como ferro”?) que a moeda tem valor em si e, em compensação, a negar valor aos humanos e à natureza, que são no entanto as únicas fontes reais de valor. Lembramos aqui a história do rei Midas que tinha feito um voto para que tudo se transformasse em ouro. Seu voto foi atendido, quando então, ele foi condenado a morrer de fome e de sede, já que, segundo seu desejo, todos os alimentos e bebidas transformavam-se em metal. Nossas sociedades, materialmente superdesenvolvidas, mas em vias de grave subdesenvolvimento ético e espiritual, deveriam meditar sobre esta lenda. Pois, ao querer transformar tudo em moeda, ao crer que a moeda tem valor e que a natureza e os seres humanos não têm (ou então têm tão pouco!), elas caminham para um fim tão trágico quanto o do rei Midas. Essa confusão sobre a moeda como fonte de valor é ainda mais forte porquanto a moeda é realmente declarada como “reserva de valor”. O que se entende por isto exatamente? Que o atual valor monetário será mantido se a troca, em vez de se realizar imediatamente diferir no tempo. É este mecanismo de reserva de valor que torna possível a poupança e o investimento, mas também o entesouramento e a especulação.

3.2 - A moeda reserva de valor

É fácil conceber que esta função de reserva de valor (a terceira, após a de unidade-padrão e de meio de troca) vem desempenhando um papel cada vez mais decisivo com o advento do capitalismo. O problema é que o risco da moeda desvalorizar-se é historicamente muito mais provável do que o inverso. É sabido que os príncipes tornaram-se especialistas na arte de desvalorizar a moeda para pagar mais facilmente suas dívidas. Era preciso, pois, para se estar seguro de que a moeda guardaria seu valor no tempo introduzir um mecanismo que não somente garantiria seu valor atual (uma espécie de prêmio de seguro), mas que, além disso, lhe conferiria um valor superior: é o que se chama de taxa de juros, que não se contenta com retribuir o serviço prestado (o empréstimo), mas conduz, segundo a expressão consagrada, a que “o dinheiro trabalhe sozinho”.

Entende-se que acúmulo dessas três funções é cômodo e até lucrativa para aqueles que sabem jogar com elas, mas é fonte de incompreensão e de injustiça para aqueles que não dispõem da maestria no manuseio desse instrumento monetário. Pois essas três funções são, em parte, contraditórias. Assim, o entesouramento (reserva de valor), que consiste em guardar a moeda, opõe-se em parte à troca que, ao contrário, exige uma circulação rápida; e a flutuação do valor da moeda cria, por sua vez, uma instabilidade incompatível com sua função de unidade contábil. Esta incoerência constrói uma

² Nota de tradução: o autor tece aqui uma série de considerações sobre as relações entre “moeda”, “dinheiro” e “prata”, valendo-se do duplo sentido da palavra “*argent*”, que, em francês, significa ao mesmo tempo “prata” e “dinheiro”.

opacidade que transforma a moeda em instrumento de dominação, em benefício daqueles que controlam esses três níveis, mas em detrimento da maioria dos cidadãos que não compreendem seus mecanismos.

Tomemos o exemplo de uma pessoa que critica a moeda como objeto de especulação e a quem se objeta como se estivesse querendo voltar ao tempo do escambo. A princípio esse argumento é imbatível: como ninguém pode seriamente recusar a função de unidade contábil e a utilidade do meio de troca, a crítica a esta que se constitui de fato na terceira função da moeda (reserva de valor e suas conseqüências) vai ser amalgamada com a negação das duas primeiras. É assim que se encerra um debate que deveria estar no centro da deliberação democrática. Com efeito, a moeda tem relação não somente com o vínculo econômico, através do mercado, mas também com o vínculo político (é a autoridade política que a garante, a emite, ou autoriza que seja emitida por outros) e até com o vínculo simbólico, como o testemunham as grandes figuras impressas nas cédulas, ou divisas como “liberdade-igualdade-fraternidade”, que sinalizam os valores fundamentais da comunidade de referência onde circula a moeda.

4. As pistas abertas no campo dos Indicadores de representação da riqueza

As pesquisas, estudos e experimentações nesta área são consideráveis e permitiriam, desde já, se houvesse suficiente vontade política, transformar em profundidade a qualidade democrática e as condições de governo de nossas sociedades. Mas elas continuam dispersas, pouco conhecidas e precisam de um esforço considerável de projeção e de fecundação entre si, para que se possa explorar plenamente o seu potencial. Nesta etapa, citaremos apenas as principais e mais recentes (conhecidas por reportagens), sabendo que a lista está longe de ser exaustiva e que um dos primeiros objetivos do ano 2001 será identificar outras.

É importante observar que as pesquisas mais recentes estão situadas no plano internacional. O fato de que sejam desenvolvidas pelas Nações Unidas ou pelo Banco Mundial permitirá que não nos fechemos num debate estéril sobre a dificuldade que tem a França de lançar-se sozinha numa estratégia de transformação. Se as iniciativas francesas e européias são necessárias, como veremos, elas poderão se apoiar nos avanços mundiais que já ganharam conseqüência.

Entre as iniciativas que ocupam as primeiras fileiras, vamos encontrar aquelas que surgiram baseando-se, em parte, no quadro teórico elaborado pelo prêmio Nobel de economia, Amartya Sen, o dos “Indicadores de Desenvolvimento Humano”, elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É também interessante, ainda que a abordagem seja muito discutível, mencionar os trabalhos do Banco Mundial e algumas tentativas americanas e japonesas em torno do projeto de *Net National Welfare* inspiradas em um outro prêmio Nobel, hoje bem conhecido: James Tobin.

4.1 Os indicadores de desenvolvimento humano

A filosofia geral dos “relatórios mundiais sobre o desenvolvimento humano” visa restabelecer o elo entre a economia e a ética, ao contrário do movimento histórico que relatamos na primeira parte deste relatório.

Desde 1990, esses relatórios são alimentados por um indicador composto, o IDH, Indicador de Desenvolvimento Humano. A introdução ao relatório de 1996 situa bem a tríplice perspectiva do projeto (cf. PNUD, Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, 1996):

- “o desenvolvimento humano é um fim, para o qual o crescimento econômico é o meio”;

- “as últimas décadas mostram da maneira mais clara possível que não existe uma ligação automática entre crescimento econômico e desenvolvimento humano”;
- “é necessário dedicar mais atenção à qualidade desse crescimento, para estar seguro de que ele acompanha os objetivos que são o desenvolvimento humano, a redução da pobreza, a proteção do meio ambiente e a viabilidade do desenvolvimento a longo prazo”;

Como se vê, nós estamos, antes de tudo, no terreno de uma pesquisa que põe em primeiro plano as duas riquezas fundamentais esquecidas pela economia dominante: os seres humanos e seu meio ambiente natural. É a razão pela qual, como observa o relatório, “os bens não devem ser valorizados intrinsecamente, mas sim considerados como instrumentos da realização de certas potencialidades tais como a saúde, o conhecimento, a auto-estima e a aptidão para participar ativamente da vida da comunidade”.

Os relatórios do PNUD propõem um método, o dos “indicadores de desenvolvimento humano”, que são construídos levando-se em consideração vários dados básicos, a partir de três critérios essenciais: **a esperança de vida, o nível de instrução e a renda.**

O valor do indicador para cada área é relativo a uma situação ideal (para o período atual): por exemplo, uma duração de vida média de 85 anos.

Desde 1995, três outros indicadores foram elaborados; um deles se refere especificamente à **pobreza**; os dois outros corrigem o IDH, em função da **desigualdade entre os sexos**: trata-se de um indicador de sexo específico do desenvolvimento humano e do IPF (Indicador de Participação Feminina).

4.2 Identificar os indicadores de destruição

As dificuldades e os debates, no que se refere às abordagens que acabamos de evocar, imagina-se que são importantes. Veremos isso quando tratarmos dos obstáculos e das objeções a essas tentativas. Mas podemos notar que elas convergem em vários pontos principais:

- não se pode continuar indefinidamente ocultando o valor dos bens ecológicos vitais, sob pretexto de que, como são abundantes e gratuitos, não tenham valor econômico. Pelo contrário, a sua destruição, ou poluição faz aparecer seu valor como o negativo de uma foto.
- do mesmo modo, não se pode reduzir os humanos à condição de simples fator de produção (ou de consumo) e contabilizar como encargos as despesas educativas, sanitárias ou sociais que trazem uma melhoria para sua qualidade de vida e suas capacidades criativas. Neste momento em que a transformação da informática faz da “matéria cinzenta” a nova matéria prima da riqueza, não se pode esquecer que a inteligência humana não é dissociável da saúde mental e corporal, tanto dos indivíduos como das coletividades.

5. As pistas abertas na área da troca e da moeda

Mesmo que não se possa comparar as moedas oficiais, no que se diz respeito à sua importância, com os sistemas de troca de proximidade, nascidos ao longo destes últimos anos no mundo inteiro, é útil conceitualmente agrupar numa mesma rubrica esses diferentes aspectos. **De fato, a moeda é um subconjunto dos sistemas de troca e não o inverso.**

5.1 - A troca de tempo

Por exemplo, o tempo é de longe o mais universal e o mais fundamental sistema de troca entre os seres humanos. Ele preenche muito mais e muito melhor o papel de unidade contábil e de meio de troca do que “moeda de mercado”, pois dispõe de unidades (horas, minutos, segundos, etc.), que têm a vantagem de ser universalmente reconhecidas e invariáveis¹. Até mesmo a função de reserva de valor é cumprida pelo tempo, já que a agenda é a instrumento por excelência de inscrição das “promessas de tempo” para o futuro.

5.2 - A troca de idéias e de saberes

Outros sistemas de troca desempenham um papel considerável, mesmo que metodologicamente sejam mais simples que o do tempo. A troca de idéias e de conhecimentos constitui um bom exemplo disso e foi baseando-se nesta hipótese que iniciativas como as “redes de trocas recíprocas de saberes” construíram seus movimentos. As línguas são evidentemente um meio de intercâmbio capital: gratuitas como o tempo, porém complexas, ambivalentes e variáveis como as moedas- não somente porque são múltiplas mas também porque as mesmas palavras podem estar carregadas de mal-entendidos e suscitar tanto a confiança como a desconfiança.

O que se chama comumente de dinheiro, e que corresponde à “moeda de mercado”, para distingui-la de outras formas de troca, é pois um caso particular de organização da troca e singularmente da troca de tempo, afinal em todos os casos, nitidamente majoritárias, em que a troca de dinheiro remete às trocas de serviços mais do que a trocas de objetos. Neste sentido, seria muito mais acertado dizer que “o dinheiro é tempo” do que “o tempo é dinheiro”¹. Esta verdade empírica, que remete ao fato de que a moeda de mercado é sempre, em definitivo, apenas uma certa maneira de viver intensa ou pobremente a relação consigo mesmo, com a natureza e com os outros, é também uma pista teórica para definir o que se chama de “valor”. Para a espécie humana, pode-se, com efeito, levantar a hipótese de que o que constitui, em definitivo, a hierarquia dos valores da vida é a consciência da morte.

5.3 - A morte, fundamento de todos os valores

“Viva como, ao morrer, você gostaria de ter vivido”: esta frase de Confúcius, dita há 2.500 anos atrás, continua atual. De fato, a morte nos obriga a hierarquizar o essencial em relação ao acessório. Quem, em seu leito de morte, preferiria ganhar um bilhão do que se reconciliar com uma pessoa querida? Diante da morte, os valores fundamentais ganham muito mais sentido e identidade, do que o poder e a riqueza, que são apenas paixões intermediárias. A percepção da finitude e da vulnerabilidade está no fundamento de todos os valores

Foi essa intuição que levou a que o valor fosse definido pela escassez no sentido econômico do termo. Mas essa intuição tornou-se falsa tão logo veio a negar todo valor aos bens não raros cuja perda seria irreparável: o ar e a água são (com frequência) abundantes e gratuitos (a água cada vez menos) mas seu desaparecimento condenaria a espécie humana a morrer. A liberdade de uma nação não tem valor econômico algum, mas ser submetido à escravidão parece a tal ponto intolerável que seus cidadãos estariam prontos a dar sua vida para defender esse valor; nossos parentes nos amam “gratuitamente”, porém esta gratuidade vale infinitamente mais do que os bens materiais mais caros que possuímos, etc. Em resumo, assim como a moeda é um subconjunto de sistemas de troca mais amplos, como o tempo, **o valor de mercado é um subconjunto de um sistema de valores mais elevados, do qual é suficiente simular a perda para descobrir a importância.** E organizar a troca desses valores fundamentais, que o mercado não pode assumir, é justamente a função dos laços políticos, afetivos e simbólicos.

Esta dupla radicalidade da troca e do valor nos permite compreender porque a moeda preenche sua função positiva de “pacificação”, quando facilita a troca entre parceiros ou concorrentes – que no sentido etimológico do termo significa “correr junto” – o que permite a emulação entre corredores mas não autoriza sua eliminação. Em compensação, a moeda se torna vetor de violência quando, deixando de ser o meio de troca de um mercado regulado, ela se torna vetor de dominação de um capitalismo que tem a ver muito mais com a vontade de poder do que com o desejo de troca. Esta passagem é difícil de discernir, pois trata-se da mesma moeda e muitas vezes das mesmas palavras, o termo concorrência (ou mesmo competição) deixa insensivelmente o terreno da designação de uma emulação em jogos cooperativos para sugerir uma “luta pela vida” onde só se pode ganhar eliminando os perdedores.

5.4 - Quando a moeda não desempenha mais seu papel

É exatamente isto que acontece quando as funções principais da moeda, aquelas mesmas que motivaram sua criação e que se poderia qualificar de funções de proximidade no espaço e no tempo, não são mais cumpridas. Quando o benefício da abstração e da universalização que permite, por exemplo, a conversibilidade de uma moeda, com o objetivo da troca “distanciada” no espaço ou no tempo, vem junto com a perda da função de proximidade por falta de moeda para uma parte dos cidadãos, estamos então em presença de um disfuncionamento importante. Como já salientava Jacques Duboin, nada é mais absurdo que uma situação na qual existe o desejo de produzir e de trocar, pessoas para fazer isso, materiais e técnicas para realizá-la e que tudo isso se torne impossível por falta de crédito. É então que ele se torna necessário, já que as moedas oficiais não preenchem mais sua função, de encobrir seus déficits e de recriar meios de troca, ou mesmo, crédito de proximidade.

6. Obstáculos para a Mudança

As pesquisas, propostas e experiências que acabamos de trazer, tanto na área dos indicadores de riqueza quanto na dos sistemas de troca e das moedas, colidem, o que não é surpreendente, com obstáculos consideráveis que merecem ser examinados para se ver como superá-los. O primeiro desses obstáculos se deve à opacidade desses dois processos decisivos que são a definição da riqueza e a emissão, a distribuição e circulação da moeda.

Acaba-se apresentando como lei natural o fato de que são as empresas que produzem a riqueza enquanto os serviços públicos e os serviços sociais subtraem uma parte dela.

É próprio dos sistemas de dominação apresentar como evidências o que depende de construções e de escolhas. Acaba-se apresentando como uma lei natural o fato de que são as empresas que produzem a riqueza, enquanto os serviços públicos e sociais subtraem-na; que atividades reconhecidamente destrutivas, dão direito a ganhar dinheiro, enquanto que outras, vitais para a coletividade humana- como dar a vida, educar, preservar o meio ambiente- não o permitem; que alguns possam dispor de quantidades consideráveis de moedas, sem que isso tenha relação com seu esforço ou mérito, enquanto outros se encontram, no meio da abundância, em situações de miséria ou de grande pobreza. A lista de todas essas “evidências”, que nada mais são do que efeito de construções ou de escolhas realizadas sem que tenha havido um debate democrático, seria por demais longa. Para responder a esta primeira e considerável dificuldade torna-se essencial reabrir um debate público sobre nossos modos de representação e de circulação da riqueza, para dar aos cidadãos uma compreensão e um controle sobre essas decisões importantes, renovando os procedimentos de participação, de deliberação e de representação sobre essas questões.

